

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 275931-5

32ª Vara Cível da Comarca do Recife

Apelantes: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A e Outros

Apelados: Antonio Douglas de Almeida Barreto e Outros

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE VEÍCULO. TRANSPORTE DE AUTOMÓVEL E BENS MÓVEIS. COLISÃO. CULPA EXCLUSIVA DA TRANSPORTADORA. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA ATÉ O LIMITE DA APÓLICE. DANOS MORAIS DEVIDOS. MAJORAÇÃO DO VALOR. DECISÃO POR MAIORIA.

1. A responsabilidade da seguradora está embasada no contrato de seguro, sendo possível sua condenação direta até o limite da apólice;
2. A fixação de indenização por danos morais deve ser feita de acordo com o prudente discernimento do julgador a fim de que seja feita a devida justiça, sem perder de vista a capacidade econômico-financeira do ofensor, evitando o excesso e o impossível material.
3. Recursos da Seguradora improvido. Parcial provimento para o recurso dos Srs. Antonio Douglas de Almeida Barreto e Outros. Decisão por maioria.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 275931-5, ACORDAM os Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** ao Apelo da Seguradora e, por maioria de votos, **dar parcial provimento** ao Apelo dos Srs. Antonio Douglas de Almeida Barreto e Outros, apenas para majorar o valor da indenização em danos morais para R\$ 10.000 (dez mil reais) para os genitores e para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para seus filhos, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste aresto.

Recife, 27/03/2013


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 275931-5

32ª Vara Cível da Comarca do Recife

Apelantes: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A e Outros

Apelados: Antonio Douglas de Almeida Barreto e Outros

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra sentença (fls. 544/550) que, nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, “julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, condenando a TRANSPORTES DALÇOQUIO LTDA e a MAFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A ao pagamento das seguintes quantias: a) R\$ 8.699,85 (oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), referente à hospedagem e alimentação no Hotel Dorisol (fls. 99/107); b) R\$ 18.350,00 (dezoito mil, trezentos e cinquenta reais), a título de armazenamento dos bens ministrados; c) R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada um dos demandantes, em virtude dos danos morais sofridos”. Ademais, em virtude da relação securitária entre as demandadas, reconheceu que quem deve suportar o ônus da condenação é a seguradora, já que está dentro do limite máximo da cobertura previsto na apólice de seguro (fl. 332). Por fim, levando em conta que os autores sucumbiram na parte mínima do julgado (art. 21, parágrafo único, do CPC), condenou as demandadas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação com incidência dos juros de mora a partir da data do ilícito (Súmula 54 do STJ).

Posteriormente, tanto os autores quanto a Seguradora apresentaram Embargos de Declaração apontando vícios na decisão. Em consequência, o juízo de 1º grau exarou nova sentença (fls. 561/563) para: (i) no recurso dos Autores: esclarecer a sentença e condenar as demandadas ao pagamento de todos os alugueres do depósito vencidos até a prolação da sentença, o que corresponde à quantia total de R\$ 36.350,00 (trinta e seis mil, trezentos e cinquenta reais). Este valor é resultado da soma de R\$ 18.350,00 (dezoito mil, trezentos e cinquenta reais), referente aos alugueres devidos até 31/12/2010 (fl. 97) e R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), referente aos alugueres devidos durante todo o ano de 2011. Advertiu que a partir da prolação da sentença, as despesas de armazenamento dos bens devem correr por conta dos demandantes, uma vez que são eles os reais proprietários dos objetos danificados; (ii) dar parcial provimento aos Embargos da Seguradora apenas para fixar correção monetária, bem como o termo inicial para sua incidência. Assim, aplicou as Súmulas 43 e 362 do STJ para o presente caso.

Irresignada, a Seguradora manejou a presente apelação (fls. 565/580), sustentando que: (1) os gastos ocasionados posteriormente à recusa do pagamento ofertado não podem prevalecer e nem a condenação em danos morais; (2) é impossível sua condenação para pagamento de indenização, uma vez que não praticou dano algum e não se furtou do seu dever de reparação; (3) após realização de perícia técnica feita por firma especializada, ofertou o pagamento de indenização securitária conforme o parecer da empresa de regulação; (4) os gastos com armazenamento dos bens sinistrados devem-se ao fato de que os autores se negaram a receber o valor ofertado, vindo agora a criar mais prejuízos pelo fato de quererem quantia que não corresponde ao que seria devido; (5) inexistência comprovação dos danos morais e sua relação com o sinistro; (6) a simples alegação de que houveram danos materiais, desacompanhada de provas idôneas, é absolutamente insuficiente para a demonstração dos referidos danos; (7) não

obstante ter ocorrido um sinistro com bens pertencentes aos Apelados, a simples ocorrência de um acidente não revela dano moral algum.

Requer, em razão do exposto, a reforma da sentença para julgar improcedentes os pedidos autorais.

Também insatisfeitos com a sentença, os Autores apresentaram recurso de Apelação (fls. 583/591) alegando que: (a) não cabia julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 330, I, do CPC, visto que a pretensão e sua complexidade impõem apreciação e manifestação sobre o requerimento de perícia; (b) a sentença foi prolatada sem realização de perícia de avaliação ou arbitramento, imprescindível à solução do feito; (c) a responsabilidade pelo aluguel de depósito para guardar os bens dos Demandantes deve ser da Demandada, visto que constituem bens salvados; (d) os danos morais foram arbitrados em quantia ínfima, sem considerar o seus sofrimento/constrangimento. Pugna, em virtude do exposto, pela anulação da sentença para determinar a realização da prova pericial, pela majoração do valor arbitrado a título de indenização por danos morais e afirma haver necessidade de reforma também quanto à obrigatoriedade das Demandadas de arcarem com o custeio da locação do espaço onde o salvo se encontra ou ressarcimento enquanto despendem diretamente ao locador pela locação.

Devidamente intimados para apresentar contrarrazões, apenas os Demandantes o fizeram (fls.598/601), onde pugnam pelo indeferimento da Apelação da Seguradora.

É o relatório.

Dispensada a Revisão, nos termos do § 3º do art. 551 do CPC, face ao valor atribuído à causa, inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 19/03/2013


Stênio Neiva Coelho
Desembargador Relator

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível n.º: 275931-5

32ª Vara Cível da Comarca do Recife

Apelantes: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A e Outros

Apelados: Antonio Douglas de Almeida Barreto e Outros

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

VOTO

Presentes os requisitos de admissibilidade, passo à análise do mérito dos recursos.

Eis o resumo da questão: os Autores, em razão de transferência profissional, contrataram os serviços da Empresa Transportadora para conduzir, do Rio de Janeiro até Recife, seu carro (Corolla), bem como diversos outros bens (móveis, eletrodomésticos, roupas e etc). Ocorre que, por culpa exclusiva do motorista da Transportadora, por transitar na contramão, aconteceu um acidente com o veículo. Em virtude do sinistro, teve que arcar com vários prejuízos, dentre os quais: gastos para armazenamento dos bens sinistrados, hotel e alimentação, camas, protetores de colchão e eletrodomésticos. Assim, entrou em contato com a Empresa Seguradora para ressarcimento dos valores referente aos bens que guarneciam o caminhão acidentado, mas a MAPFRE Seguradora, após ciência do relatório de vistoria de danos materiais realizado pela empresa Cane Consultoria e Assessoria do Nordeste Ltda, se disponibilizou a pagar valor aquém do que realmente era devido. Por essa razão, os autores pugnam por indenização por danos materiais e morais sofridos.

O juízo de 1º grau “julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, condenando a TRANSPORTES DALÇOQUIO LTDA e a MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A ao pagamento das seguintes quantias: a) R\$ 8.699,85 (oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos), referente à hospedagem e alimentação no Hotel Dorisol (fls. 99/107); b) R\$ 18.350,00 (dezoito mil, trezentos e cinquenta reais), a título de armazenamento dos bens ministrados; c) R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada um dos demandantes, em virtude dos danos morais sofridos”. Ademais, em virtude da relação securitária entre as demandadas, reconheceu que quem deve suportar o ônus da condenação é a seguradora, já que está dentro do limite máximo da cobertura previsto na apólice de seguro (fl. 332). Por fim, levando em conta que os autores sucumbiram na parte mínima do julgado (art. 21, parágrafo único, do CPC), condenou as demandadas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação com incidência dos juros de mora a partir da data do ilícito (Súmula 54 do STJ).

Após interposição de Embargos de Declaração, o magistrado de 1º grau esclareceu a sentença e condenou as demandadas ao pagamento de todos os alugueros do Depósito vencidos até a prolação da sentença, o que corresponde à quantia total de R\$ 36.350,00 (trinta e seis mil, trezentos e cinquenta reais). Advertiu que a partir da prolação da sentença, as despesas de armazenamento dos bens devem correr por conta dos demandantes, uma vez que são eles os reais proprietários dos objetos danificados. Acrescentou também a fixação de correção monetária, bem como o termo inicial para sua incidência. Assim, aplicou as Súmulas 43 e 362 do STJ para o presente caso.

Inconformados com a decisão, o Demandante e a Seguradora ingressaram com recursos de apelação.

Primeiramente é preciso ficar claro que a Seguradora afirma a inexistência de negativa de indenização. Contudo, como bem frisou o juízo de 1º grau, “deve-se presumir que a autorização não houve, uma vez que não faria sentido a parte recorrer ao Judiciário, por ser procedimento que exige maior dispêndio de pecúnia e de tempo, se a indenização fosse adimplida administrativamente”.

É de fácil percepção, pela simples leitura de suas peças, que a própria Seguradora reconheceu o dever de indenizar os danos ocorridos em razão do acidente, apesar de se dispor a fazê-lo em valor abaixo do pleiteado.

Por outro lado, apesar da parte Autora ter comprovado diversas despesas, não se desincumbiu do ônus de comprovar que os objetos perdidos no acidente importaram em prejuízo maior que o estipulado pela seguradora, como bem frisou o magistrado de base. A listagem trazida pelos autores (fls. 82/95) dos objetos que constavam no caminhão quando do acidente foi elaborada unilateralmente por eles próprios que atribuíram valores para cada objeto. Não há prova do valor de cada bem perdido por ocasião do sinistro.

Do dano moral e sua quantificação

Alegou a Seguradora Apelante que não houve dano moral, visto que “não se negou a pagar indenização”. Todavia, cumpre lembrar que deve-se presumir que a autorização não houve, uma vez que não faria sentido a parte recorrer ao Judiciário, por ser procedimento que exige maior dispêndio de pecúnia e de tempo, se a indenização fosse adimplida administrativamente.

Observe que o Apelado e sua família foram transferidos para outra cidade e nela ficou sem ter suas roupas, seus pertences e seu carro. A situação por eles vivenciada trouxe-lhes transtornos que ultrapassam meros aborrecimentos do dia-a-dia, diante do constrangimento de ordem pessoal, gerando a obrigatoriedade de indenização por parte da Seguradora Apelante.

No tocante ao valor fixado a título de indenização, cuidou que agiu acertadamente o magistrado de primeiro grau.

A fixação de indenização por danos morais deve ser feita de acordo com o prudente discernimento do julgador a fim de que seja feita a devida justiça, sem perder de vista a capacidade econômico-financeira do ofensor, evitando o excesso e o impossível material.

Assim, julgo razoável a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para indenização por dano moral para cada demandante, uma vez que a família irá receber o valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) acrescido de juros e correção monetária.

Nessa linha de raciocínio, em casos assemelhados, este e outros Tribunais do País vêm decidindo:

"RESPONSABILIDADE CIVIL ACIDENTE DE TRÂNSITO - AÇÃO INDENIZATÓRIA E DENUNCIAÇÃO DA LIDE JULGADAS PROCEDENTES - SEGURADORA CONDENADA A INDENIZAR ATÉ O LIMITE PREVISTO NA APÓLICE - ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR PARTE DA SEGURADA - NÃO CARACTERIZAÇÃO - RECURSO IMPROVIDO".
(13650820048260210 SP 0001365-08.2004.8.26.0210, Relator: Renato Sartorelli, Data de Julgamento: 13/06/2012, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/06/2012, undefined)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONDENAÇÃO DIRETA DA SEGURADORA. A responsabilidade da seguradora está embasada no contrato de seguro que celebra com a parte denunciante, sendo possível sua condenação direta até o limite da apólice de seguro. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70050987494, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Bayard Ney de Freitas Barcellos, Julgado em 10/10/2012) (70050987494 RS, Relator: Bayard Ney de Freitas Barcellos, Data de Julgamento: 10/10/2012, Décima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/10/2012, undefined)

Acidente de trânsito. Ação de reparação por danos materiais. Contrato de transporte rodoviário de bens móveis. Acidente de trânsito que acarretou danos no veículo de propriedade da autora, transportado pelo réu. 1. A atividade de dirigir um veículo automotor de grande porte possui um risco intrínseco, de sorte que o seu mau uso cria a responsabilidade pelos danos causados a terceiros, máxime quando se tenha verificado falta grave na condução do veículo, como imprimir alta velocidade sem se atentar para as condições de tráfego. 2. Negaram provimento ao recurso. (240693120088260224 SP 0024069-31.2008.8.26.0224, Relator: Vanderci Álvares, Data de Julgamento: 26/09/2012, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 28/09/2012, undefined)

PROCESSO CIVIL. CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA EM DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DOS DANOS MORAIS EM RAZÃO DE SUA PRESUNÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR DE PASSAGEIROS. VALOR INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. POSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA E COBRANÇA DIRETA DA SEGURADORA-LITISDENUNCIADA ATÉ O LIMITE ESTABELECIDO NA APÓLICE. RECURSOS DESPROVIDOS. (6380301 PR 638030-1 (Acórdão), Relator: Roberto Portugal Bacellar, Data de Julgamento: 12/04/2012, 8ª Câmara Cível, undefined)

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento aos apelos, mantendo-se incólume a sentença guerreada.

Recife, 27/03/2013


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUINTA CÂMARA CÍVEL – 27.03.2013
APELAÇÃO Nº 275931-5 – RECIFE
APELANTES: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A E OUTROS
APELADOS: ANTÔNIO DOUGLAS DE ALMEIDA BARRETO E OUTROS
RELATOR: DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO

RELATÓRIO ÀS FLS. 624/625 DOS AUTOS.

VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 630/632 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

E o recurso dos autores? Vossa Excelência negou da seguradora, e dos autores?

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

Dos autores eu também nego, porque eles querem majorar o valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), mas foi fixado em cima de dois mil para cada um deles.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Desembargador Agenor.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Senhor Presidente, eu concordo com quase tudo, menos com relação a esses valores. Acho que deve ser majorado, porque o sujeito contrata para levar, como uma seguradora nega um negócio desses?

Acontece um acidente, o sujeito fica sem os bens, sem os móveis, tem que ir para um hotel e o juiz deu R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para o pai e a mãe e dois mil para os filhos. R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para as crianças vai lá, mas para o pai que ia com a família, que tinha os bens dele... (interrompido).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Sim, mas o contrato da seguradora não está limitado só ao valor dos bens?
Houve um sinistro, não é?

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

É, mas o dano moral é em razão da negativa da transportadora. Foi uma transportadora e uma seguradora.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

A transportadora não está aqui, não.

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

A transportadora não recorreu, quem recorreu foi só Antônio... (interrompido).

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Quem recorre aqui é só a seguradora.

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

Só a Mapfre, a transportadora não recorreu.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

E os autores também recorreram.

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

É.



636

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Então, a transportadora se conformou com a condenação?

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

Conformou-se, porque vai ser suportada pela seguradora.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

E se requer da seguradora o dano moral?

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

Requer-se da seguradora o dano moral.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Mas o dano moral da seguradora decorreria, porque ela tem uma apólice, então ela contrata o seguro por aquele valor. Houve o sinistro, ela paga, então os danos morais só poderiam advir se ela, quando instada a pagar, ter sido recalcitrante, ou então pagou fora do prazo, aí teria o dano moral.

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

Tanto foi recalcitrante que o processo continua tramitando, ela não recebeu.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Então o dano moral decorre dessa resistência da seguradora. Aí é como o Desembargador Agenor disse: quem já teve um transtorno desses, vai receber R\$ 2.000,00 (dois mil reais) de indenização por dano moral?

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

Dá dez mil na totalidade. São cinco; não são quatro não.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

É muito pouco, mas muito pouco, porque uma seguradora dessa tem que entender que ela não pode fazer um negócio desses. O sujeito faz o seguro, aí o recurso de apelação é contra a sentença. A empresa transportadora e a seguradora estão solidárias, uma ficou calada disse, não vou recorrer não, mas os autores recorreram contra a sentença, o valor foi baixo, quem vai pagar, quem é quem aí – porque ele condenou solidariamente a transportadora é a seguradora, não é?

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

É.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Então, Presidente, eu maioria, sim, provendo o recurso dos autores para R\$10.000,00 (dez mil reais) para os pais e R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para os filhos, porque o constrangimento dos filhos, às vezes, se forem menores, não sai nem o nome deles, para eles tudo é brincadeira. Eles não sentem; agora, os pais, sim.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Vossa Excelência vota no sentido de fixar em dez para os pais e cinco para os filhos?

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

É.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Desembargador Stênio.



632

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

Desembargador, eu mantenho o meu posicionamento com relação a isso, porque ela foi ressarcida de todas as despesas e R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para todos... (interrompido).

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Dano material é dano material, tem que ressarcir mesmo.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Sim, mas esse dano moral não está decorrente de ele não haver recebido?

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

É.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Quando ele pleiteou a indenização, lutou, lutou, não conseguiu e foi para a Justiça. Então vou acompanhar a dissidência.

DESEMBARGADOR STÊNIO NEIVA COELHO (RELATOR)

Para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)?

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Para dez e cinco. E depois disso tem outro aspecto: tem que se considerar que quando se vem à Justiça tem que se reconhecer que já seria psicologicamente outro dano moral, porque a Justiça é morosa, é dificultosa, então só isso já é um transtorno para a parte, esperar o julgamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA DE LIMA FILHO

Uma empresa dessas já deveria ter reconhecido; a família não deu causa a nada.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Se bem que esse dano moral da morosidade quem deveria suportar era o Estado, não seria a transportadora.

Eu acompanho a dissidência.

DECISÃO:

"À UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DA SEGURADORA. POR MAIORIA DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO APELO DOS AUTORES PARA FIXAR A INDENIZAÇÃO EM R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) PARA OS GENITORES E R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) PARA OS FILHOS, LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DES. STÊNIO NEIVA".

Adelma